



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

JORNALISMO

**CASO ZIKA VÍRUS: BOATOS E A COMUNICAÇÃO DE
RISCO NO CAMPO DA SAÚDE**

GABRIELLE DA COSTA LANCELLOTTI

RIO DE JANEIRO

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**CASO ZIKA VÍRUS: BOATOS E A COMUNICAÇÃO DE
RISCO NO CAMPO DA SAÚDE**

Monografia submetida à Banca de Graduação como
requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo.

GABRIELLE DA COSTA LANCELLOTTI

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Henriques Costa

RIO DE JANEIRO
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Caso Zika vírus: boatos e a comunicação de risco no campo da saúde**, elaborada por Gabrielle da Costa Lancellotti.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia 15/12/2017

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Henriques Costa

Pós Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ

Departamento de Comunicação – UFRJ

Prof. Dr. Gabriel Collares Barbosa

Doutor em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação – UFRJ

Departamento de Comunicação – UFRJ

Prof. Dr. Márcio Tavares d’Amaral

Doutor em Letras (Ciência da Literatura) pela Faculdade de Letras – UFRJ

Departamento de Comunicação – UFRJ

RIO DE JANEIRO

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

LANCELLOTTI, Gabrielle da Costa.

Caso Zika vírus: boatos e a comunicação de risco no campo da saúde,
2017.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação –
ECO.

Orientadora: Cristiane Henriques Costa

AGRADECIMENTOS

A Deus por estar sempre movendo céus e terras por mim, além de me dar garra e fé para conquistar os meus objetivos.

À minha família, que torce e vibra por mim em todos os momentos.

À minha orientadora Prof.^a Cristiane Costa, que foi presente e atenciosa não somente durante a elaboração do meu projeto final, mas também durante esses quatro anos de curso. A sua empatia pelos alunos é inspiradora.

A todos os professores que compartilharam um pouco do seu conhecimento comigo. Destaco os mestres Márcio d'Amaral, Gabriela Nóra, Gabriel Collares, Dante Gastaldoni, Michele Pucarelli e Raquel Paiva, professores que marcaram a minha trajetória na Escola de Comunicação da UFRJ.

Aos amigos que conheci na faculdade, companheiros que tornaram essa caminhada mais suave e divertida. Guardo cada um de vocês no coração.

À minha chefe Melissa Cruz Cossetti, uma verdadeira líder que, pacientemente, compartilhou um pouco do seu conhecimento e experiência jornalística comigo durante o meu período de estágio no TechTudo (site de tecnologia da Editora Globo).

Aos editores Viviane Werneck e Thássius Veloso, que também marcaram de forma positiva a minha passagem pelo TechTudo.

À Universidade Federal do Rio de Janeiro, ambiente que colaborou para o meu crescimento profissional e pessoal. Finalizo essa etapa ciente de que, hoje, sou uma pessoa mais humana e capaz de receber o diferente com a mente e coração abertos.

LANCELLOTTI, Gabrielle da Costa. **Caso Zika vírus: boatos e a comunicação de risco no campo da saúde.** Orientadora: Cristiane Henriques Costa. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

Ao reunir conceitos sobre comunicação de risco e o processo de criação e disseminação de boatos, o objetivo desse trabalho é esclarecer como a mídia pode influenciar, de forma negativa ou positiva, em situações de riscos. A dualidade midiática pode ser observada, por exemplo, no agravamento do clima de tensão por sua abordagem sensacionalista, ou no seu papel de mediadora entre a população leiga e profissionais da saúde, a fim de reduzir o possível pânico criado por situações de risco. Ademais, visa-se enfatizar a importância dos meios oficiais de comunicação no dever de desmentir boatos, visto que cabe à mídia o papel de transmitir informações oficiais e apuradas em uma linguagem mais acessível. Como exemplos, foram abordados rumores sobre o Zika vírus, caso que ganhou a atenção dos meios de comunicação ao ser considerado, no início de 2016, uma emergência de saúde pública de importância internacional.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. O CASO ZIKA.....	6
3. A COMUNICAÇÃO DE RISCO NO CAMPO DA SAÚDE.....	12
4. O CONCEITO DE BOATO E CASOS RELACIONADOS À ZIKA	24
4.1. BOATO: O QUE É, COMO SE PROPAGA E QUAIS AS MOTIVAÇÕES	24
4.2. ESTUDO DE CASO: RUMORES QUE SE DESTACAM NO CASO ZIKA ...	27
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41

1. Introdução

“Preparar um trabalho de conclusão de curso é como fazer uma grande reportagem sobre um tema que você gosta”. Essa foi a primeira frase positiva que ouvi a respeito do período de desenvolvimento de uma monografia, o qual, normalmente, envolve muita ansiedade. A partir disso, minha visão sobre essa fase de conclusão se transformou e descobri que é possível, sim, apreciar o momento.

A afirmação não se refere ao formato de texto, mas ao sentido de como o período deve ser encarado pelo graduando, mesmo quando ele precisa dividir e administrar o seu tempo entre as aulas da faculdade, o estágio e o desenvolvimento de um projeto que sinaliza o fim de uma fase importante.

O primeiro passo é pensar em um tema relevante que, de alguma forma, trate de comunicação. No meu caso, como sempre fui interessada pela área da saúde, o resultado dessa reflexão foi a união de comunicação de risco em saúde e o processo de criação e disseminação de boatos – assuntos que têm uma ligação mais profunda do que imaginei, antes de começar essa tarefa.

Dessa forma, por meio de pesquisa bibliográfica, pretendo reunir neste trabalho conceitos, ideias e teses levantadas por autores reconhecidos nos temas citados, que são: comunicação de risco em saúde e boato. Em adição, também reúno algumas interpretações de profissionais (captadas em reportagens, entrevistas assistidas no YouTube ou na seção de vídeos de portais de notícias), entre infectologistas e jornalistas, que conquistaram a minha admiração.

Como estudo de caso, optei pelo Zika vírus e seu contexto epidêmico, um aspecto que aproxima o assunto do papel da comunicação de risco. A epidemia foi alvo de numerosos boatos que se espalharam a níveis assustadores, provocando pânico, em muitos momentos, na população brasileira – e em diversos lugares do mundo.

Ao pesquisar o termo “Zika vírus” no *Keyword Tool*, uma ferramenta paga que analisa o potencial de busca de palavras-chave, é possível encontrar uma continuidade relevante de interesse em conteúdo sobre a questão. Vale explicar que o serviço é muito usado em

estratégias de SEO¹ para descobrir os termos mais buscados no Google e, conseqüentemente, usá-los ao longo de matérias para portais de Internet.

O *Keyword Tool* entrega, por meio de um gráfico de colunas, a média de busca de cada mês feita durante um período de 11 meses – que, no caso dessa pesquisa, foi entre novembro de 2016 a outubro de 2017 – e, também, uma média estimada de buscas totais desse período, feita com base nos dados obtidos de cada mês avaliado.

Sendo assim, partindo para os valores numéricos indicados pelo serviço, entre novembro de 2016 e outubro de 2017, a estimativa de busca para o termo “Zika virus” (sem o acento, já que a ferramenta considera exatamente o que foi escrito pelos internautas) foi de 33.100 pesquisas. Durante esse tempo, os meses que revelaram um maior interesse das pessoas pelo tema são: novembro de 2016 e março de 2017, com uma média mensal de 49.500 buscas cada um, no Google. Em outubro de 2017 esse número reduziu para 22,200.

Até mesmo o último dado – de outubro de 2017, com média de buscas de 22,200 no Google – pode ser considerado alto, visto que o primeiro caso de contaminação pelo vírus, no Brasil, foi identificado no início de 2015, na região Nordeste². Tal comportamento observado confirma que, mesmo após o ápice da epidemia ter passado e, conseqüentemente, o número de casos da doença causada pelo vírus ter diminuído, a frequência de busca de informações sobre o patógeno ainda é expressiva na web. O que, por sua vez, reitera a relevância desta pesquisa em termos de comunicação e saúde.

Na ferramenta, também é possível conferir a média de buscas de *keywords* relacionadas. Alguns dos termos relevantes e seus respectivos valores de pesquisa, considerando o período de 11 meses e a média de busca anual, são: “Zika virus sintomas” (média de 4.400 buscas); “o que é Zika virus” (média de 1.600 buscas) e “Zika virus e microcefalia” (média de 1.600 buscas).

O último termo recai na complicação mais severa, como será explorado ao longo do trabalho, segundo fontes com autoridade para tal afirmação. Tal destaque se refere ao agente infeccioso e sua complicação mais temida, cujo drama, enfrentado por mulheres grávidas e suas famílias (ao receberem o diagnóstico da malformação que afeta o desenvolvimento do crânio e cérebro de fetos), foi massivamente abordado em reportagens de jornais, revistas, programas de TV, noticiários etc.

¹ “Conjunto de técnicas de otimização para sites, blogs e páginas na web que visam alcançar bons rankings orgânicos gerando tráfego e autoridade para uma página”. Definição disponível em: <https://marketingdeconteudo.com/o-que-e-seo/>. Acesso em: 23 de novembro de 2017.

² Dado disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/saude/2016/05/primeiro-caso-de-zika-no-brasil-completa-um-ano-conheca-os-desafios-no>. Acesso em: 23 de novembro de 2017.

A partir disso, no primeiro capítulo, denominado “O caso Zika”, é explicado o porquê de o caso ter ganhado atenção da mídia nacional e internacional e, posteriormente, ter sido classificado pela Organização Mundial da Saúde como uma emergência de saúde pública a nível global. Para isso, são abordados conceitos sobre o vírus e seu vetor de transmissão: o mosquito *Aedes aegypti* – responsável, quando infectado, por transmitir outras doenças como a Dengue e a Chikungunya, por exemplo.

Além disso, com informações pesquisadas e recolhidas em sites de notícias, relatórios de órgãos públicos de saúde e instituições de pesquisas científicas, como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), também são elencadas as possíveis formas de contaminação da doença, como é feito seu diagnóstico e quais são os sintomas apresentados por um indivíduo contaminado (quando a enfermidade se apresenta de maneira sintomática). Dando continuidade a essa discussão, são apresentados detalhes como o local do primeiro caso de isolamento do vírus e as áreas nas quais a doença foi detectada inicialmente, além do período e da região do primeiro caso em território brasileiro.

Ainda neste capítulo, informações extraídas de uma entrevista disponível no YouTube com o infectologista Marcos Boulos, Coordenador da Secretaria de Saúde de São Paulo, ajudam a esclarecer o motivo de a Zika ter sido considerada, inicialmente, uma doença branda. Também é possível perceber que a gravidade do contexto e a abordagem do caso pela mídia cresceram juntamente com o número de casos da enfermidade – principalmente, com o aumento do número de casos de implicações associadas ao vírus, como a microcefalia e a síndrome de Guillain-Barré.

Por fim, também neste capítulo serão apresentados números de casos prováveis por infecção pelo vírus no país até o fim de 2016, dados revelados pelo Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância do Ministério da Saúde. Apresentar essa contagem feita pelo órgão de vigilância é pertinente para contextualizar o cenário vivenciado no Brasil nesse recorte de tempo.

No capítulo dois, nomeado de “A comunicação de risco no campo da saúde”, os significados das palavras “risco” e “perigo” dão o pontapé inicial para a abordagem do tema. Em seguida, conceitos de comunicação de risco em saúde e o ato de comunicá-los serão apresentados, de modo a situar o estudo na discussão apresentada sobre o impacto do Zika vírus.

A proposta desse segundo capítulo é a de esmiuçar esses conceitos e esclarecer algumas questões-chave para compreender o fenômeno Zika. Busca-se elucidar, por

exemplo: como essa concepção surgiu; quais seus objetivos e funções; como acontece a percepção do risco pela população e que fatores influenciam nesse processo; quais os aspectos que contribuem para a análise de riscos e a forma na qual os meios de comunicação não devem abordar temas que representam uma ameaça para a sociedade.

Para o desenvolvimento desse capítulo, destaco os autores Maria Ligia Rangel (Doutora em Saúde Pública), Peter Sandman (especialista em comunicação de risco e PhD em Comunicação) e Paulo Vaz (professor Doutor em Comunicação da UFRJ), que aborda o viés psicológico de comunicar riscos. A escolha desses autores cumpre com a finalidade de apresentar uma visão interdisciplinar da questão, enriquecendo o debate proposto e reforçando a necessidade de se discutir saúde e comunicação sob diversas óticas.

Finalmente, o terceiro capítulo, nomeado de “O conceito de boato e casos relacionados à Zika”, vai trazer uma das questões que mais despertaram o meu interesse ao longo desse período de trabalho de conclusão de curso, pois sempre quis entender com mais profundidade como funciona o processo de criação e difusão de boatos. Nessa parte do trabalho, busco responder algumas questões específicas, tais como: o que é um boato; quais são os tipos de propagadores de rumor e quais as suas prováveis motivações; os aspectos que contribuem para os receptores acreditarem em uma informação que carece de apuração; o que, de fato, os rumores afetam; quem pode ser alvo de um boato e quais as possíveis consequências ao se tornar vítima de rumores.

Para fazer uma análise do poder dos boatos e aplicar o conhecimento adquirido, alguns rumores que tiveram grande repercussão serão abordados neste capítulo, como o rumor de que crianças menores de 7 anos e idosos estavam apresentando um conjunto de sintomas neurológicos decorrentes do Zika vírus. Esse boato se espalhou a nível nacional e se tornou tema de uma reportagem do Jornal Nacional, telejornal que vai ao ar em horário nobre no canal de TV aberta.

Outro boato de destaque que, inclusive, chegou a afetar decisões do poder público, foi o do larvicida Pyriproxyfen. O uso do produto, que contém uma substância capaz de prejudicar o desenvolvimento de larvas do mosquito, chegou a ser proibido no Rio Grande do Sul. Por afetar o crescimento das larvas do inseto responsável pela transmissão da doença, alguns médicos defenderam a probabilidade – deficiente em confirmações científicas – de que o produto poderia afetar, também, o desenvolvimento de fetos no útero materno, sugerindo uma ligação com a explosão de casos de microcefalia.

Para a confecção deste capítulo, serão explorados conceitos desenvolvidos por autores como Mário Rosa, consultor em gerenciamento de crise e gestão de reputação; Gordon W. Allport e Leo Postman, pesquisadores pioneiros que buscaram compreender o boato e seus meios de propagação; Cass Sunstein, professor de Direito em Harvard; e Nilson Lage, doutor em Linguística e mestre em Comunicação.

Ao reunir todas essas informações, dados e conceitos, o objetivo desse trabalho é esclarecer e exemplificar como a mídia pode influenciar, de forma negativa ou positiva, situações de riscos. Essa dualidade midiática pode ser observada, por exemplo, no agravamento do clima de tensão por sua abordagem sensacionalista, ou no seu papel de mediadora entre a população leiga e profissionais da saúde, a fim de reduzir o possível pânico criado por situações de risco. Ademais, visa-se enfatizar a importância dos meios oficiais de comunicação no dever de desmentir boatos, visto que cabe à mídia a responsabilidade de transmitir informações oficiais e apuradas em uma linguagem mais acessível.

2. O caso Zika

O Zika vírus é um agente patogênico³. Ou seja, um organismo capaz de gerar doenças infecciosas aos seus hospedeiros. Seu principal vetor de transmissão é o mosquito *Aedes aegypti*, que também transmite outros organismos causadores de doenças como a Dengue, a Febre Amarela e a Chikungunya. O inseto é infectado ao picar alguém contaminado com o vírus. Dessa forma, os mosquitos já infectados o espalham para outras pessoas ao picá-las.

Há desconfianças sobre outras maneiras de contaminação, como pela urina ou pela saliva⁴, segundo estudos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), além de via relação sexual ou pelo leite materno. Entretanto, principalmente nos dois últimos casos, faltam confirmações claras por parte de pesquisas científicas. A transmissão por meio da transfusão de sangue foi confirmada, e um dos casos aconteceu no Hospital de Clínicas (HC) da Unicamp⁵, em Campinas, São Paulo. Contudo, indivíduos que receberam o sangue infectado não apresentaram o conjunto de sintomas que, normalmente, é associado à doença.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde⁶, o *Aedes aegypti* tem origem no Egito. A sua dispersão a nível global começou pela África: iniciando na costa leste do continente para as Américas, depois da costa oeste para a Ásia. A fêmea do mosquito suga o sangue para produzir ovos e, se estiver infectada, pode transmitir o vírus neste processo.

O período de incubação da Zika, que compreende o espaço de tempo desde a exposição à doença até a manifestação dos sintomas, não é claro, ainda que a probabilidade seja de que o mesmo corresponda a alguns dias. A identificação da doença, segundo a empresa de diagnóstico médico-laboratorial Euroimmun⁷, é feita primordialmente por meio exame sorológico de sangue e análise clínica.

Nesse caso, é preciso observar um conjunto de sintomas, apesar de a enfermidade poder se apresentar de forma assintomática. Isso significa que sintomas semelhantes, porém

³ Definição disponível em: <https://www.infoescola.com/microbiologia/agente-patogenico/>. Acesso em: 22 de outubro de 2017.

⁴ Disponível em: <http://www.fiocruz.br/ioc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2505&sid=32>. Acesso em: 24 de março de 2017.

⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2016/02/alteracao-em-exame-apos-transfusao-faz-campinas-confirmar-caso-de-zika.html>. Acesso em: 22 de outubro de 2017.

⁶ Disponível em <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/links-de-interesse/301-dengue/14610-curiosidades-sobre-o-aedes-aegypti>. Acesso em: 24 de março de 2017.

⁷ Disponível em: <http://www.zikavirus.com.br>. Acesso em: 25 de março de 2017.

isolados, não indicam que uma pessoa foi contaminada. Febre, conjuntivite, dores de cabeça e nas articulações, surgimento de manchas vermelhas na pele e coceira são alguns dos sintomas relacionados, segundo o portal de combate ao mosquito do governo brasileiro⁸.

De acordo com João Nunes, professor de Relações Internacionais na Universidade de York, no Reino Unido, e Denise Nacif Pimenta, pesquisadora do Instituto René Rachou-Fiocruz Minas, da Fundação Oswaldo Cruz, o isolamento do Zika vírus aconteceu pela primeira vez em 1947, no Uganda – país localizado na África (NUNES & PIMENTA, 2016). Pedro Fernando Vasconcelos, diretor do Instituto Evandro Chagas, no Pará, complementa essa informação e afirma que o vírus foi originalmente isolado a partir de uma fêmea de macaco Rhesus, na Floresta Zika (que inspirou o nome da doença), localizada próximo da cidade de Entebbe, antiga capital do Uganda (VASCONCELOS, 2015).

A partir de 1947, casos isolados foram detectados em países do continente africano e, no final da década de 1970, na Indonésia. A partir de 2007, foram apontadas epidemias em ilhas do Oceano Pacífico. No início de 2014, o vírus foi registrado pela primeira vez nas Américas, com casos detectados na Ilha de Páscoa. Já no Brasil, o primeiro caso foi diagnosticado na região Nordeste do país, em 2015 (NUNES & PIMENTA, 2016).

O Zika Vírus recebeu destaque na mídia nacional e internacional ao adquirir caráter epidêmico, isto é, quando houve um aumento repentino no número de casos de uma doença, maior do que o esperado pelas autoridades, em diversas regiões e no mesmo período⁹. Além disso, ao ser associado a malformações em fetos por meio de contaminação durante a gestação, cuja complicação mais acentuada foi a microcefalia, o interesse da mídia pela doença também engrandeceu. Em novembro de 2015, especialistas da Fiocruz¹⁰ encontraram o vírus no líquido amniótico de fetos e, depois, nos cordões umbilicais.

A microcefalia, segundo o Portal da Saúde¹¹, é uma condição neurológica congênita, isto é, que nasce com a pessoa, na qual a cabeça e o cérebro do bebê não se desenvolvem de maneira adequada, ficando menores do que deveriam ser em comparação a outros com a mesma idade.

⁸ Disponível em: <http://combateaedes.saude.gov.br/pt/sintomas>. Acesso em 22 de outubro de 2017.

⁹ Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/surto-epidemia-pandemia-e-endemia-entenda-qual-e-a-diferenca-entre-eles.htm>. Acesso em: 22 de outubro de 2017.

¹⁰ Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pt-br/existe-rela%C3%A7%C3%A3o-entre-microcefalia-e-infec%C3%A7%C3%A3o-pelo-v%C3%ADrus-zika>. Acesso em: 22 de outubro de 2017.

¹¹ Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/links-de-interesse/1225-zika/21849-o-que-e-a-microcefalia>. Acesso em: 22 de outubro de 2017.

Devido a esses mesmos motivos, em fevereiro de 2016, o Comitê de Emergências da Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o Zika vírus, já presente naquele momento em 24 países do continente americano, como uma emergência de saúde pública de importância internacional, tal qual relatou a reportagem¹² no site do jornal El País, do dia dois de fevereiro de 2016.

Figura 1 – Jornal El País informa que OMS declara Zika vírus como emergência de saúde pública de nível internacional



Fonte: El País

Marcos Boulos, infectologista e Coordenador do Controle de Doenças da Secretaria da Saúde de São Paulo, afirmou, em entrevista no programa Espaço Público¹³, da TV Brasil, no dia 12 de janeiro de 2016, que a primeira grande epidemia de Zika no mundo estava acontecendo no Brasil, e, por isso, era necessário conhecer melhor o vírus, estar atento aos seus efeitos e no que ele poderia se transformar. Tal afirmação se deve ao fato de que, até aquele momento, não haver muita informação sobre o patógeno e suas possíveis complicações na literatura médica. Até então, de acordo com o infectologista, a doença era considerada mais branda do que a Dengue, com quadros clínicos mais leves e que dificilmente levavam à morte.

O estado de alerta acompanhou o número crescente de casos de infecção desde a detecção da primeira ocorrência no Brasil, em abril de 2015. Segundo o especialista, a

¹² Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/01/internacional/1454324995_784807.html. Acesso em: 22 de outubro de 2017.

¹³ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/primeira-grande-epidemia-de-zika-no-mundo-acontece-no-brasil-diz>. Acesso em: 23 de outubro de 2017.

bandeira vermelha foi, de fato, levantada quando a ligação do vírus com os casos de microcefalia foi comprovada.

Dados do Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância do Ministério da Saúde¹⁴ indicam o contexto alarmante no Brasil: em 2016, até o dia 31 de dezembro, foram registrados 216.207 casos prováveis de infecção pelo Zika vírus no país. Além disso, no mesmo boletim, foram confirmados laboratorialmente oito óbitos consequentes da Zika: quatro no Rio de Janeiro, dois no Espírito Santo, um no Maranhão e um na Paraíba.

Em relação à microcefalia, de acordo com dados do Ministério da Saúde divulgados pelo G1¹⁵, o portal de notícias da Globo, após um ano do começo das investigações, 2.033 casos da malformação congênita foram confirmados até o dia oito de outubro de 2016. Durante esse tempo, 486 mortes puderam ter associação com a infecção pelo Zika vírus e a condição neurológica. Entre esses números, 170 óbitos tiveram confirmação de que foram causados pela microcefalia e outros 96 foram descartados.

Outra complicação associada à Zika é a Síndrome de Guillain-Barré (SGB) que, segundo o médico oncologista Drauzio Varella¹⁶, é uma doença do sistema nervoso adquirida, isto é, que não nasce com o indivíduo e pode se manifestar em qualquer fase da vida. Além disso, a SGB é uma doença autoimune, na qual as células de defesa do corpo, que fazem parte do sistema imunológico, atacam outras células do próprio organismo – nesse caso, células nervosas. Os sintomas da síndrome, que, até então, não possui cura, são fraqueza muscular, formigamentos que começam nos pés e avançam para as partes superiores do corpo e, em estágios mais avançados, paralisia. Apesar disso, de acordo com o especialista, fisioterapia e tratamentos especiais no sangue podem aliviar os sintomas.

Segundo Varella, a síndrome se manifesta como uma inflamação aguda de nervos e raízes nervosas e pode afetar pessoas de qualquer idade. Para completar, segundo informações do Hospital Israelita Albert Einstein¹⁷, uma infecção bacteriana ou viral pode desencadear a condição. Além disso, segundo uma reportagem da revista Época¹⁸, publicada

¹⁴ Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/15/2017-028-Monitoramento-dos-casos-de-dengue--febre-de-chikungunya-e-febre-pelo-virus-Zika-ate-a-Semana-Epidemiologica-35.pdf>. Acesso em: 23 de outubro de 2017.

¹⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/10/em-um-ano-brasil-registra-mais-de-2-mil-casos-de-microcefalia.html>. Acesso em: 23 de outubro de 2017

¹⁶ Disponível em: <https://drauziovarella.com.br/doencas-e-sintomas/sindrome-de-guillain-barre>. Acesso em: 5 de novembro de 2017.

¹⁷ Disponível em: https://www.gstatic.com/healthricherkp/pdf/guillain_barre_syndrome_pt_BR.pdf. Acesso em: 5 de novembro de 2017.

¹⁸ Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/12/por-que-o-zika-causa-sindrome-de-guillain-barre.html>. Acesso em: 5 de novembro de 2017.

em dezembro de 2015, os casos de Guillain-Barré aumentaram na região Nordeste do Brasil e muitos deles se apresentaram nos pacientes após um quadro confirmado de Zika. A partir disso, pode-se compreender sua associação com a infecção causada pelo Zika vírus.

Em reportagem do G1¹⁹, publicada em setembro de 2016, a ligação entre as duas doenças também foi abordada. De acordo com informações de pesquisadores da Organização Pan-Americana de Saúde, e apuradas pelo portal de notícias da Globo, foi feita uma comparação entre a incidência da síndrome de Guillain-Barré antes e depois da chegada do Zika vírus em sete países do continente americano. O número de casos da doença do sistema nervoso aumentou consideravelmente após a chegada do vírus. Na Bahia, por exemplo, segundo a matéria, em contraste com os índices da fase anterior à epidemia da doença transmitida pelo mosquito, casos da síndrome aumentaram em 172%.

De acordo com reportagem do Portal EBC Agência Brasil²⁰, o Ministério da Saúde declarou o fim da emergência nacional do caso Zika apenas no dia 11 de maio de 2017. Esse estado de alerta durou 18 meses, considerando que ele foi decretado em novembro de 2015 devido à epidemia do vírus e suas complicações relacionadas.

Na reportagem, Adeilson Loureiro, secretário de Vigilância em Saúde, afirma que, na data em questão, já havia conhecimento científico suficiente para que os casos não fossem considerados como incomuns ou inesperados – um dos critérios para manter o estado de emergência, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Outros aspectos de avaliação de risco para declarar e fazer com que esse estado permaneça são: “o impacto do evento sobre a saúde pública; se há risco significativo de propagação internacional; e se há risco significativo de restrições ao comércio ou viagens internacionais”²¹.

Com esses fatos e desdobramentos em vista, é possível afirmar que o caso Zika abre espaço, especialmente, para duas discussões no campo da comunicação. A primeira é a comunicação de risco em saúde, já que o tema abrange o binômio saúde-doença, amplamente abordada pelos meios de comunicação de massa, devido ao seu alto índice de interesse por parte da população – que sofre diretamente com os perigos da evolução de uma doença e com a ameaça de suas possíveis complicações relacionadas.

¹⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/09/estudo-encontra-forte-ligacao-entre-o-zika-e-sindrome-de-guillain-barre.html>. Acesso em: 5 de novembro de 2017.

²⁰ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-05/governo-declara-fim-de-emergencia-nacional-pelo-virus-zika>. Acesso em: 7 de novembro de 2017.

²¹ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-05/governo-declara-fim-de-emergencia-nacional-pelo-virus-zika>. Acesso em: 7 de novembro de 2017.

Além disso, o caso Zika e seu cenário rodeado de dúvidas e incertezas ao logo do processo de evolução e descobertas sobre a doença abrem espaço, também, para a discussão em torno de como os boatos são criados e por quais meios eles se propagam, disseminando sempre uma realidade na qual não há fatos concretos ou em que inexistem informações capazes de esclarecer o contexto alvo das notícias.

3. A comunicação de risco no campo da saúde

Além da possibilidade de perigo, que representa uma ameaça para indivíduos ou para o meio ambiente, o termo risco, de acordo com o dicionário online Michaelis²², traz como significado a ideia de “probabilidade de prejuízo ou de insucesso em determinado empreendimento, projeto ou coisa, em razão de acontecimentos incertos, que independem da vontade dos envolvidos”.

Para aprofundar essa compreensão, o exame da palavra “perigo” também se faz necessário e, no mesmo dicionário²³, consta que é um “estado ou situação que exige atenção especial pela possibilidade de levar a consequências desastrosas” – ou seja, que pode resultar em perdas, morte ou sofrimento de modo geral.

É possível perceber que esses conceitos estão intimamente atrelados ao papel da comunicação no campo da saúde, já que o ato de comunicar riscos nesse nicho está diretamente relacionado à realidade de enfrentar doenças e evitar consequências desastrosas ao corpo humano. Para melhor entendimento desse assunto, conceitos de comunicação, risco e o ato de comunicá-los devem ser explorados.

Como um primeiro passo para o cumprimento dessa tarefa, levando em consideração o ponto de vista sobre comunicação da pesquisadora Inesita Soares de Araújo e da tecnóloga Janine Miranda Cardoso, ambas do Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz (ICICT/Fiocruz), é possível entender que:

A comunicação é desses temas que todo mundo entende um pouco e sempre tem uma opinião. Isto é compreensível, uma vez que entre suas muitas faces ela é vivenciada de forma individual e coletiva, é prática social, experiência cotidiana que leva à formação de pontos de vista. Mas, também, é objeto de estudo, o que permite identificar suas demais configurações como, por exemplo, a de um setor de economia, uma arena de embates políticos, um sistema tecnológico... Seu estudo leva a compreender, além disto, as inter-relações com outras áreas da atividade humana, como educação, saúde, ecologia, agricultura, religião, entre outras, assim como seu papel nas instituições e nos movimentos sociais (ARAÚJO & CARDOSO, 2009, p. 19).

Sobre risco e o ato de comunicá-los, Pedro Ribeiro da Silva, mestre em Ciências da Comunicação, esclarece que, a partir dos anos 80, passou-se a entender a comunicação de

²² Definição de “risco”. Dicionário online Michaelis da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos: 2017. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/palavra/V4j7A/risco-2/>. Acesso em 12 de novembro de 2017.

²³ Definição de “perigo”. Dicionário online Michaelis da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos: 2017. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/perigo/>. Acesso em: 12 de novembro de 2017.

risco como “um processo dinâmico de diálogo constante entre os diversos intervenientes: cidadãos, cientistas, decisores políticos, empresários, jornalistas” (SILVA^a, 2009, p.94).

Para que esse processo dinâmico aconteça sem ruídos, Maria Ligia Rangel, médica sanitária e doutora em Saúde Pública, explica que é necessário existir uma relação de confiança e credibilidade dos grupos populacionais para com os processos tecnológicos em curso na sociedade e a capacidade regulatória do Estado. Segundo Rangel, essa confiabilidade está vinculada à ideia de precisão dessas tecnologias e ao conhecimento e preocupação com o bem-estar público por parte do governo. Em outro momento, a autora classifica o surgimento da comunicação de risco nos países em desenvolvimento, como o Brasil, como uma necessidade de processo de regulamentação sanitária em meio a análise da sociedade de risco, de modo a proteger a população e viabilizar seus interesses sanitários e ambientais. (RANGEL, 2007).

Para esmiuçar esse tema, é preciso entender o ponto de ligação entre a comunicação, a saúde e o ato de comunicar riscos. Entre os tópicos possíveis, destaca-se a relevância do binômio saúde-doença, que é amplamente explorado, com mais ou menos profundidade, de acordo com o propósito que determinado meio jornalístico pretende alcançar, levando em conta o caráter noticioso que pode ser construído ao explorar assuntos desse campo. Para Janine Cardoso, cientista social da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o binômio saúde-doença pode ser abordado “em múltiplas dimensões: individual e coletiva; como política, como serviços (públicos e privados) e como valor (em geral associado à estética, longevidade, promoção da saúde)” (CARDOSO, 2015, p.6).

Além disso, a importância de temas de saúde para os meios de comunicação e seus respectivos leitores/ouvintes/telespectadores é reforçada pelo diálogo estabelecido no ato de comunicar riscos que, inevitavelmente, envolve questões de segurança e saúde pública. Confirmando isso, Paulo Vaz, professor da Escola de Comunicação da UFRJ e especialista em mídia e risco, explica que há um desejo por parte das pessoas de consumir notícias sobre os fatores de risco intrínsecos aos seus estilos de vida, uma vez que existe um interesse em saber dos possíveis desdobramentos e perigos aos quais os indivíduos estão sujeitos, a partir de suas rotinas. A consciência dos riscos, por sua vez, permitiria uma projeção do futuro baseada nos cuidados e descuidos com a condição física e mental, que podem conduzir a doenças e, até mesmo, à morte prematura (VAZ, 2009).

Todo ser vivo, um dia, vai morrer: é fato. Entretanto, na maioria das vezes, não se sabe em que tempo ou de que forma. Contudo, para Vaz, ao se adquirir conhecimento sobre os

riscos que determinado contexto ou enfermidade oferece, é criada uma ideia de que o tempo de vida possa ser manejável (VAZ, 2009). Desse modo, como esclarece o pesquisador, ao se adotar um estilo de vida saudável – o que inclui, entre outros fatores, exercícios físicos, boa alimentação, boas condições de sono, hábitos de higiene regulares e ausência de vícios e maus hábitos – espera-se certa longevidade.

A partir desses conceitos, é possível indicar as pretensões da comunicação de risco:

Ela [a comunicação de risco] busca, antes de tudo, sensibilizar a população, os governos e a comunidade política sobre os desafios envolvidos em uma grande emergência na área de saúde pública ou em quaisquer outras áreas correlatas. Ou seja, nos casos em que os cientistas de algum modo percebem uma situação de risco, entendida aqui como o produto dos danos que um evento poderia causar e suas probabilidades de ocorrência, é necessário estabelecer um fluxo de informação adequado à situação corrente (PANAFTOSA – OPAS/OMS, 2007, p. 66-67).

Vale observar, também, que, para captar o interesse do leitor em determinada notícia que aborda assuntos de saúde, é considerado o fator psicológico, isto é, as emoções que giram e podem ser despertadas ao lidar com o perigo que afeta a saúde individual. Dessa maneira, podem ser suscitados no indivíduo sentimentos como o arrependimento (de certos hábitos) e o medo (das prováveis consequências), assim como a esperança (ao saber de uma cura para uma condição específica, por exemplo) (VAZ, 2009).

Para que a informação sobre o risco seja capaz de captar uma pessoa que vai encará-la com o nível de seriedade necessário ao contexto, é preciso levar em consideração a capacidade de percepção de risco desse indivíduo. Ou seja, o quanto a pessoa consegue identificar sobre a existência de ameaça em determinada circunstância. Por exemplo: o fato de permitir ou não inspecionar o acúmulo de água limpa em recipientes e objetos (seja em pratos de vasos de planta ou pneus), resulta no perigo de criar o ambiente ideal para a reprodução do mosquito *Aedes aegypti*, responsável, quando infectado, pela transmissão do Zika vírus.

A partir disso, outra ameaça é desencadeada: o número de casos de uma doença pode aumentar significativamente quando a população de uma região específica não reconhece o risco que há em permitir a existência de locais com condições favoráveis para a procriação de um vetor de transmissão. Para Silva, o processo de percepção de risco por parte das pessoas em ocasiões do dia a dia sofre influência e variações devido à diversidade individual, cultural e social entre os indivíduos (SILVA^a, 2009).

Além do fator cultural e social, o guia de risco em saúde pública da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o Centro Pan-Americano de Febre Aftosa (Panaftosa), organizado pelo professor Mohammed Elhajji, da Escola de Comunicação da UFRJ, cita a ciência, o governo e os meios de comunicação como fatores que influenciam a população no processo de percepção de risco, como explica a imagem a seguir:

Figura 2 – Fatores que atuam na percepção de riscos por parte da população



Fonte: PANAFTOSA – OPAS/OMS, 2007, p. 79

De acordo com o guia, a ciência é o fator que formula conceitos e levanta teorias; a cultura, por seu turno, contribui com seu conjunto de códigos e padrões que regulam o comportamento humano, seja em um contexto individual ou coletivo; já os meios de comunicação recebem o papel de principais mediadores do fluxo informativo; a sociedade, por sua vez, é beneficiária do sistema informacional, além de principal lugar de manifestação da cultura; e, por fim, o governo atua no incentivo às pesquisas e à divulgação científica, além de intervir e executar planos integrados de ação em momentos de emergência ou crise (PANAFTOSA – OPAS/OMS, 2007).

O guia aprofunda a questão política das emergências sanitárias e explica que elas representam um complicado desafio para o setor público de comunicação em sua dupla tarefa de agilizar o controle de uma situação de emergência e, ao mesmo tempo, abrandar as consequências sociais e econômicas criadas pelo contexto:

Uma emergência é um evento inerentemente político e, em um mundo fortemente interconectado e altamente variável, pode ter significativas consequências tanto nacional quanto internacionalmente. Um governo pode ser considerado irresponsável pela comunidade internacional por lidar de forma inadequada com uma emergência (PANAFTOSA – OPAS/OMS, 2007, pp. 72-73).

A mídia acompanha cada passo dado pelo governo e, ao transmitir suas impressões em relação às decisões tomadas pelo poder público, tende a influenciar o comportamento da população que recebeu o conteúdo a partir de determinado recorte realizado pelo veículo de comunicação:

Decisões de grande interesse do público e da mídia, com consequências políticas e econômicas potencialmente graves, precisam ser tomadas rapidamente em uma atmosfera caracterizada por incertezas científicas consideráveis. As ações dos líderes políticos vão ser acompanhadas de perto pela imprensa. Reportagens, por sua vez, vão determinar a confiança do público em seus líderes e gerar percepções pessoais do risco. Estas percepções podem se converter em comportamentos coletivos que ampliam as consequências sociais e econômicas de uma emergência e influenciam interesses políticos. Ao mesmo tempo, percepções públicas do risco e a vontade popular de colaborar com as medidas recomendadas podem ter um papel fundamental no esforço de controlar a emergência (PANAFTOSA – OPAS/OMS, 2007, p. 73).

Retornando ao viés psicológico e complementando os papéis que a comunicação de risco desempenha, o norte-americano Peter Sandman, consultor e PhD em Comunicação, afirma que o estado natural do ser humano é a apatia. Por conta disso, a comunicação de risco desempenha dois papéis para com a sociedade na hora de transmitir informações: o primeiro é o de “assustar” as pessoas, isto é, deixá-las impactadas e, então, tirá-las desse estado de indiferença. O segundo, por sua vez, é o de acalmar as pessoas em situações nas quais profissionais com autoridade no assunto em questão afirmam que o perigo não é tão grande ou sério como aparenta ser (SANDMAN, 2012).

De acordo com o autor, a primeira função – a de impactar – tem dois propósitos. Um deles é convencer os indivíduos a adotarem métodos de segurança como, por exemplo, usar o cinto não somente ao dirigir um automóvel, mas também ao sentar-se no banco do carona ou nos bancos de trás do veículo. Outro exemplo é o incentivo ao uso de preservativos para evitar doenças sexualmente transmissíveis e/ou impedir uma gravidez indesejável (SANDMAN, 2012).

O outro objetivo de impactar as pessoas é incentivá-las a interromperem hábitos que causam autoprejuízo (SANDMAN, 2012). No âmbito da saúde, por exemplo, é possível citar as campanhas antitabagismo, que estimulam a pessoa a largar o vício ao exibir as possíveis consequências que o mau hábito pode gerar ao próprio corpo.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, o tabagismo é considerado a principal causa de morte evitável no mundo e, de acordo com dados da agência²⁴, o hábito de fumar está relacionado a mais de 50 doenças. Câncer de boca, câncer de pulmão, doenças do coração e derrame cerebral estão entre as causas de morte mais frequentes ligadas ao consumo abusivo do tabaco. Ainda assim, a mesma fonte estima que um terço da população mundial adulta seja de fumantes – isso implica em cerca de 1 bilhão e 200 milhões de pessoas, de acordo com um censo de 2014. Esse exemplo fortalece a crença de Sandman de que o estado natural do ser humano é a apatia, já que a confirmação do risco, em muitos casos, não impede que o indivíduo dê continuidade à prática que o prejudica.

O segundo papel da comunicação de risco proposto por Sandman é o de acalmar as pessoas novamente usando especialistas com autoridade nos assuntos em destaque para esclarecer que determinada situação não é tão grave como parece ser (SANDMAN, 2012). Em concordância com essa linha de pensamento, o guia da Organização Mundial da Saúde para a Panaftosa esclarece que “a comunicação de risco, ao mesmo tempo em que tem de evitar alarde e preocupação indevida à população, deve romper com a barreira da linguagem inerente ao vocabulário técnico-científico” (PANAFTOSA – OPAS/OMS, 2007, p. 66). Ou seja, simplificar a linguagem da informação para que ela seja compreendida com mais facilidade por quem não é do meio profissional.

Além de cumprir essas funções, o fato de usar profissionais para esclarecer o nível de periculosidade de um contexto específico enfraquece a disseminação de boatos – que nascem em uma realidade com ausência de informações precisas e que podem alarmar a população para ameaças inexistentes. A partir desses conceitos, o especialista traz uma nova definição para a palavra “risco”, baseando-se na soma de dois fatores: *risk = hazard + outrage* (SANDMAN, 2012, p.7). Define-se *hazard* como algo potencialmente perigoso e que pode causar acidentes²⁵ (LOGMAN, 2010, p. 414), e *outrage* como um sentimento de extrema raiva ou choque ou alguma coisa que causa extrema raiva ou choque²⁶ (LOGMAN, 2010, p. 631).

Partindo da definição desses termos, Sandman constrói a sua tese acrescentando novos significados que fazem referência ao ato de comunicar riscos. Sendo assim, *hazard* passa a ser a magnitude de um caso, ou seja, o quão ruim determinada situação pode ser quando ela acontece, multiplicado pela probabilidade de ocorrência. Já *outrage*, por sua vez, representa

²⁴ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/saude/2009/11/tabagismo1>. Acesso em: 19 de novembro de 2017.

²⁵ Tradução da autora. *Something that may be dangerous or cause accidents.*

²⁶ Tradução da autora. *A feeling of extreme anger or shock or something that causes extreme anger or shock.*

todos os assuntos que preocupam as pessoas e que especialistas costumam ignorar ou tratar como temas não tão graves (SANDMAN, 2012).

Para complementar essa linha de raciocínio, Mollak, autor revisado por Maria Ligia Rangel para a produção do artigo científico “Comunicação no controle de risco à saúde e segurança na sociedade contemporânea: uma abordagem interdisciplinar”, explica um outro processo importante, que é a análise do risco. Esse processo pode ser definido como:

Um conjunto de conhecimentos (metodologia) que avalia e deriva a probabilidade de acontecer um efeito adverso por um agente (químico, físico, biológico e outros), processos industriais, tecnologia ou processo natural. No campo sanitário, os efeitos adversos são quase sempre relacionados a algum dano à saúde, a doenças e, até mesmo, à morte (MOLLAK apud RANGEL, 2007, p. 1376).

É possível perceber que a análise dos riscos é um tópico intimamente relacionado ao campo da saúde, devido a sua natureza. Conforme os conhecimentos sobre o agente Zika vírus iam sendo descobertos por profissionais da saúde, as probabilidades de seus efeitos adversos eram reavaliadas com o objetivo de prever os possíveis desdobramentos desses efeitos.

Também é válido esmiuçar as formas de distribuição do risco na sociedade. O sociólogo alemão Ulrich Beck, mais um autor que contribuiu na elaboração do artigo de Rangel, apresenta cinco teses sobre o tema:

1. O que caracteriza o risco produzido na modernidade tardia é sua intensa diversidade e habilidade de escapar da capacidade de percepção humana;
2. A distribuição de riscos sofre variação de acordo com a classe social de um indivíduo, manifestando-se, dessa forma, de forma assimétrica;
3. A lógica do capitalismo é elevada a um outro estágio ao considerar a difusão e comercialização dos riscos, revelando, na sociedade, perdedores e vencedores nas definições de risco;
4. O conhecimento, na sociedade do risco, recebe uma conotação política, já a consciência determina o ser;
5. A catástrofe vem à tona com um potencial político, o que traz consigo uma necessidade de reorganização do poder e da autoridade (BECK apud RANGEL, 2007, p. 1377).

Em concordância com a segunda tese de Beck, Expedito Luna, professor da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo e autor revisado por Marcelo Pustiglione para confecção do artigo “Medicina do Trabalho e doenças emergentes, reemergentes e negligenciadas: a conduta no caso das febres da Dengue, do Chikungunya e do Zika vírus”, argumenta que nos casos em que uma doença emerge ou reemerge, além da negligência das autoridades científicas e sanitárias, outros cinco fatores podem ser destacados. Eles são: determinantes demográficos, sociais e políticos, econômicos, ambientais e os submetidos ao desempenho de serviços de saúde (LUNA apud PUSTIGLIONE, 2016, p.2).

O autor explica que, inevitavelmente, a união de fatores como o crescimento da população e a forte tendência à urbanização vêm acompanhados de espaços com aglomerações de casas semiconstruídas, com telhados precários e caixas d’água desprotegidas, lixo acumulado em grandes quantidades e ausência ou precariedade de saneamento básico. Como expõe o pesquisador tais ambientes configuram condições favoráveis não só para que o mosquito deposite seus ovos e se reproduza, como também para que outras doenças se desenvolvam (PUSTIGLIONE, 2016).

Além dos pontos citados, elementos como a heterogeneidade social, cultural e econômica promovem às classes menos favorecidas – e, normalmente, com menos acesso à informação e recursos – um nível de exposição maior à doença e, conseqüentemente, às complicações e sequelas relacionadas ao seu quadro clínico. A ligação entre o Zika vírus e a malformação do crânio e cérebro de bebês pode retratar esse contexto, uma vez que, devido aos agravantes mencionados, o vetor de transmissão tende a estar geograficamente localizado em áreas próximas às moradias de mulheres com menos informações e recursos para evitar uma gravidez de risco (PUSTIGLIONE, 2016).

Já a terceira tese apresentada por Beck evidencia um dos aspectos mais problemáticos destacados por Rangel em relação à comunicação de risco:

Em alguns momentos, a comunicação, por si só, é um risco ou potencializa riscos relacionados aos modos como os meios de comunicação participam da construção da sociedade de riscos. Isto é, quando atuam no estímulo ao consumo de bens e serviços de interesse da saúde, tais como bebidas alcoólicas, medicamentos, alimentos e tecnologias diagnósticas e terapêuticas do campo biomédico, em consonância com seus interesses mercadológicos e das indústrias produtoras desses bens, sendo crescentemente objeto da regulação do Estado (RANGEL, 2007, p. 1378).

Nesse caso, Maria Ligia Rangel ainda esclarece outros dois pontos negativos nessa questão. O primeiro deles recai sobre o clima de desconfiança e de falta de credibilidade,

itens essenciais para um diálogo sem ruídos, nas formas de interação entre Estado ou organizações e cidadãos expostos a riscos. O segundo diz respeito à maneira como os meios de comunicação de massa fazem a construção de sentido das notícias sobre contextos de risco, recorrendo frequentemente ao sensacionalismo e recortando discursos que vão de acordo com as crenças e políticas do veículo. Com isso, uma situação de risco pode ser reconstruída com sentidos distintos, causando uma aproximação ou um afastamento em relação aos interesses de diferentes grupos sociais (RANGEL, 2007, p. 1378).

Na quinta tese de Beck, destaca-se a palavra “catástrofe”, um dos itens da lista de Fraser Bond, autor revisado por Gislene Silva ao refletir sobre critérios de noticiabilidade. Bond enumera os valores jornalísticos das notícias que podem ser assim resumidos:

Referente à pessoa de destaque ou personagem público (proeminência); incomum (raridade); referente ao governo (interesse nacional); que afeta o bolso (interesse pessoal/econômico); injustiça que provoca indignação (injustiça); grandes perdas de vida ou bens (catástrofe); consequências universais (interesse universal); que provoca emoção (drama); de interesse de grande número de pessoas (número de pessoas afetadas); grandes somas (grande quantia de dinheiro); descoberta de qualquer setor (descobertas/invenções) e assassinato (crime/violência) (BOND apud SILVA^b, 2014, p. 61).

Tobias Peucer, outro autor revisado por Gislene Silva, afirma que o que comum e normal possui pouco valor informativo. Sendo assim, ao apontar as características dos acontecimentos dignos de se tornarem conhecidos pelo público, o estudioso destaca:

Os prodígios, as monstruosidades, as obras ou feitos insólitos da natureza, da arte, as inundações ou as tempestades horrendas, os terremotos, os fenômenos descobertos ou detectados ultimamente, fatos que têm sido mais abundantes do que nunca neste século. Depois, as diferentes formas de impérios, as mudanças, os movimentos, os afazeres da guerra e da paz, as estratégias, as novas leis, os julgamentos, os cargos políticos, os dignatários, os nascimentos e mortes dos príncipes, as sucessões de um reino, as inaugurações e cerimônias públicas (...), as obras novas dos homens eruditos, as instituições, as desgraças, as mortes e centenas de coisas mais que façam referência à história natural, à história da sociedade, da Igreja, da literatura: tudo isto costuma ser narrado de forma embaralhada nos periódicos (...) (PEUCER apud SILVA^b, 2014, p. 60).

Galtung e Ruge, segundo Silva, também apresentam 12 valores-notícia ao pensarem em como os acontecimentos são transformados em notícia. Eles são: “frequência, amplitude, clareza ou falta de ambiguidade, relevância, conformidade, imprevisão, continuidade, referência a pessoas e nações de elite, composição, personificação e negativismo” (GALTUNG & RUGE apud SILVA^b, 2014 p. 61).

Explicando a importância dos critérios de noticiabilidade, Silva afirma que:

A necessidade de se pensar sobre critérios de noticiabilidade surge diante da constatação prática de que não há espaço nos veículos informativos para a publicação ou veiculação da infinidade de acontecimentos que ocorrem no dia a dia. Frente a um volume tão grande de matéria prima, é preciso estratificar para escolher qual acontecimento é mais merecedor de adquirir existência pública como notícia. (...) A seleção se estende redação adentro quando é preciso não somente escolher, mas hierarquizar (SILVA^b, 2014, p. 54).

Ao observar os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia mencionados, é possível perceber a importância do caso Zika vírus, já que ele se encaixa em diversos tópicos citados: o caso envolve perda de vidas; provoca comoção, especialmente diante de reportagens que abordam o drama vivido por mães de bebês com microcefalia, a principal implicação relacionada ao Zika vírus; é do interesse de muitas pessoas, já que muitos indivíduos foram afetados; teve grande amplitude e continuidade por um longo período devido ao seu caráter epidêmico; promove um clima de negatividade etc.

Ainda pensando no aspecto midiático, ao avaliar como os temas de saúde se encaixam nas programações jornalísticas, de acordo com Janine Cardoso, é possível perceber o caráter estratégico das coberturas desse nicho:

A posição de destaque que os temas de saúde ocupam (não só) na agenda jornalística, além de expressar a forma como os meios de comunicação lidam simultaneamente com os interesses de sua audiência e os seus próprios interesses empresariais, não parece deixar espaço para dúvidas quanto ao caráter estratégico da cobertura de saúde nos diferentes projetos editoriais brasileiros. Saúde-doença aparece, assim, como uma “invariável” da pauta jornalista da atualidade, dotada de incrível plasticidade: passível de ocupar distintos lugares e ser alvo de diferentes investimentos (da manchete ao “tapa buraco”). O espaço jornalístico é, igualmente, uma “invariante” na agenda sanitária, fundamental para as políticas e instituições de saúde, seja porque este constitui a principal forma de informação da população, seja porque essa mediação configura e orienta certa percepção da realidade, muito além da mera transmissão objetiva de fatos e informações (CARDOSO, 2015, p. 7).

Um tema com a relevância do caso Zika é um prato cheio para outro tipo de ameaça: a criação de rumores. Ou seja, informações que carecem de apuração e que só servem para gerar um estresse ainda maior em torno de um contexto já repleto de riscos. Ademais, esse raciocínio é reforçado pelo Guia de risco em saúde pública da Organização Mundial da Saúde para o Centro Pan-Americano de Febre Aftosa. De acordo com o guia:

(...) reportagens sensacionalistas podem levar a ansiedade pública a níveis desproporcionais em relação à efetiva realidade da emergência. Na falta de um fluxo de informação constante de uma fonte respeitável, os rumores vão preencher o vácuo e iniciar um ciclo de vida próprio (PANAFTOSA – OPAS/OMS, 2007, p. 71).

Além de os rumores preencherem um vácuo de informações, o guia também chama a atenção para o sensacionalismo. Rosa Nívea Pedroso, autora revisada por Danilo Angrimani Sobrinho para o desenvolvimento do livro “Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa”, define o sensacionalismo como:

Modo de produção discursivo da informação de atualidade, processado por critérios de intensificação e exagero gráfico, temático, linguístico e semântico, contendo em si valores e elementos desproporcionais, destacados, acrescentados ou subtraídos no contexto de representação ou reprodução de real social (PEDROSO apud SOBRINHO, 1995, p. 14).

A autora ainda determina as regras primordiais que definem a prática ou a maneira sensacionalista de produção do discurso informativo no jornalismo diário, que são:

Intensificação, exagero e heterogeneidade gráfica; ambivalência linguístico-semântica, que produz o efeito de informar através da não-identificação imediata da mensagem; valorização da emoção em detrimento da informação; exploração do extraordinário e do vulgar, de forma espetacular e desproporcional; adequação discursiva ao status semiótico das classes subalternas; destaque de elementos insignificantes, ambíguos, supérfluos ou sugestivos; subtração de elementos importantes e acréscimo ou invenção de palavras ou fatos; valorização de conteúdo ou temática isolada, com pouca possibilidade de desdobramento nas edições subsequentes e sem contextualização político-econômico-social-cultural; discursividade repetitiva, fechada ou centrada em si mesma, ambígua, motivada, autoritária, despolitizadora, fragmentária, unidirecional, vertical, ambivalente, dissimulada, indefinida, substitutiva, deslizante, avaliativa; exposição do oculto, mas próximo; produção discursiva sempre trágica, erótica, violenta, insólita, grotesca ou fantástica; especificidade discursiva de jornal empresarial capitalista, pertencente ao segmento popular da grande empresa industrial-urbana, em busca de consolidação econômica ao mercado jornalístico; escamoteamento da questão do popular, apesar do pretense engajamento com o universo social marginal; gramática discursiva fundamentada no desnivelamento socioeconômico e sociocultural entre as classes hegemônicas e subalternas (PEDROSO apud SOBRINHO, 1995, p. 15).

Durante a corrida por conhecimento por parte de especialistas e, em seguida, por parte da população, em relação às possíveis implicações relacionadas ao vírus, um bombardeio de rumores e informações mal apuradas e de cunho sensacionalista foram divulgadas na Internet – geralmente por fontes duvidosas, que buscavam alavancar o número de acessos dos

próprios portais. Esses boatos só contribuíram para criar pânico na população, sendo necessário, em determinadas situações, o pronunciamento de autoridades na área da saúde para desmenti-los e esclarecer as ameaças reais representadas pelos episódios. Entretanto, antes de analisar casos específicos que exemplificam isso, é necessário compreender algumas questões-chave:

1. O que é um boato;
2. Quais são as possíveis motivações de seus propagadores;
3. Os fatores que influenciam um receptor na hora de crer no que está sendo dito ou lido;
4. Quem pode ser alvo de um boato;
5. O que eles afetam;
6. Quais as possíveis consequências ao ser afetado por rumores.

4. O conceito de boato e casos relacionados à Zika

Neste capítulo, busca-se trazer conceitos que respondem às seguintes questões: o que é um boato; quais são os tipos de propagadores de rumor e quais as suas prováveis motivações; os aspectos que contribuem para os receptores acreditarem em uma informação que carece de apuração; o que, de fato, os rumores afetam; quem pode ser alvo de um boato e quais as possíveis consequências ao se tornar vítima de rumores. Em seguida, serão analisados boatos que se destacaram no cenário do Zika vírus com o intuito de aplicar o embasamento teórico que esta seção do estudo reúne.

4.1. Boato: o que é, como se propaga e quais as motivações

Empresas (de pequeno, médio ou grande porte) e pessoas famosas – sejam políticos ou indivíduos destacados pela mídia – correm o risco de terem sua imagem atingida por boatos e notícias falsas e, até mesmo, mal-intencionadas. Como consequência, uma crise de imagem pode ser desencadeada e, no pior dos casos, gerar danos irreversíveis. Antes de avaliar e destrinchar o boato, no entanto, faz-se necessário esclarecer, brevemente, o que é a imagem de um indivíduo – ou instituição – e compreender qual é o real dano sofrido pelo alvo do rumor, em casos de crise de imagem.

Mário Rosa, jornalista brasileiro e consultor em gerenciamento de crise e gestão de reputação, explica que a imagem não é construída considerando apenas fatos relacionados a uma pessoa ou empresa. Ela, na verdade, é condicionada fortemente por valores atribuídos ao indivíduo ou companhia. Ou seja, os princípios que são associados à determinada imagem, às vezes, são muito mais influentes do que os fatos sobre ela (ROSA, 2001).

O que seria, então, uma crise de imagem? Não há uma definição globalmente válida. Entretanto, o autor explica que:

A crise de imagem constitui um conjunto de eventos que pode atingir o patrimônio mais importantes de qualquer entidade ou personalidade que mantenha laços estreitos com o público: a credibilidade, a confiança, a reputação (ROSA, 2001, p. 21).

Luiz Carlos Iasbeck, doutor em Comunicação e especialista em semiótica, explica que a reputação tem características duradouras, configurando, em outras palavras, uma imagem consolidada e perene. A imagem, por seu turno, é volátil e pode ser manipulada em apenas

um dia, tanto para o bem quanto para o mal, ao passo que a reputação se constrói o longo do tempo (IASBECK apud FORNI, 2015).

Mesmo assim, um rumor bem construído e não desmentido pode abalar até mesmo as reputações mais sólidas. Ademais, cabe notar que não apenas companhias e indivíduos de interesse público podem ser alvos de boatos, uma vez que qualquer pessoa é uma vítima em potencial e apresenta fragilidade diante de seus possíveis prejuízos. Para Gordon W. Allport e Leo Postman, pesquisadores pioneiros na compreensão do rumor e de suas formas e motivos de propagação, o rumor (ou boato) é “uma questão específica (ou tópica) para crença, passada adiante de pessoa para pessoa, normalmente pela palavra oral, sem padrões seguros de evidência presentes” (ALLPORT & POSTMAN apud REULE, 2008, p. 21).

Para o norte-americano Cass Sunstein, professor de Direito na Universidade de Harvard, não há uma definição específica para apontar com exatidão o que é um boato. De acordo com o autor, considerando as falhas de qualquer definição, o boato corresponde uma alegação de fatos que não são acompanhados de comprovações, embora sejam compartilhados de uma pessoa para outra e, portanto, apresentem certa credibilidade. Além disso, a crença nas informações repassadas não se justifica por meio de evidências para sustentá-las, mas porque parece que outras pessoas demonstram fé no fato de que o que foi dito é verdadeiro (SUNSTEIN, 2010).

Com as elucidações apresentadas, já é possível desmistificar a ideia de que todo boato é, necessariamente, falso. Ou seja, antes de classificar as informações do rumor como não verdadeiras, é preciso apurá-las. Além disso, uma das questões intrigantes sobre o boato é a facilidade com que se espalham, mesmo não sendo revestidos por evidências que comprovem os acontecimentos a respeito dos seus respectivos alvos – sejam pessoas, grupos ou instituições.

Por meio da Retórica de Aristóteles, é possível compreender como uma pessoa pode ser afetada por uma informação revestida, ou não, por intenções persuasivas. As evidências do caráter persuasivo entregues pelo discurso seriam de três espécies: “umas residem no caráter moral do orador; outras, no modo como se dispõe o ouvinte; e outras, no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar” (ARISTÓTELES, 2005, p.96). O filósofo grego esclarece que é possível persuadir pelo caráter quando o discurso é articulado pelo orador – ou pelo propagador do boato, nesse caso – de forma que transmita a sensação de confiança. Ou seja, há um juízo moral em que o ouvinte classifica o orador como honesto e digno de confiança, facilitando, dessa maneira, a crença no que está sendo dito.

A “margem para dúvida”, isto é, a ausência de conhecimento exato sobre os fatos abordados pelo discurso, também é um fator influenciador no processo de aceitar como verdade o que está sendo enunciado. Deve-se, da mesma forma, levar em consideração o “estado de espírito” do ouvinte: a emoção é outro fator influenciador para compreender o discurso como conteúdo verdadeiro e qualificado para ser passado adiante (ARISTÓTELES, 2005).

No mesmo raciocínio da “margem para a dúvida”, Allport e Postman, pesquisadores pioneiros na compreensão do boato e de suas maneiras e motivos de propagação, afirmam que o assunto abordado pelo rumor, além de ter relevância para ambos os lados (propagador e receptor), deve ter os fatos reais cobertos de certa ambiguidade:

Essa ambiguidade poderá ser criada pela natureza contraditória dos fatos, pela desconfiança em relação às notícias, por tensões emocionais que tornem o indivíduo capaz de aceitar os fatos apresentados no noticiário oficial, mas, acima de tudo, pela ausência ou precariedade de notícias exatas (ALLPORT & POSTOMAN apud HOYLER, 1996, p.67).

Ao entender como o receptor do boato é captado pela persuasão do enunciador, é possível partir para a compreensão dos processos pelo quais o mesmo é disseminado. Nicholas DiFonzo, professor de Psicologia do Instituto Rochester de Tecnologia, e Prashant Bordia, professor da Universidade Nacional da Austrália com PhD em Psicologia Social e Organizacional, explicam que boatos “surgem em contextos de ambiguidade, perigo ou potencial ameaça e sua função é ajudar as pessoas a dar sentido e controlar, ou gerenciar, um risco [tradução da autora]²⁷” (DIFONZO & BORDIA, 2007, p.13). Partindo desse princípio, Sunstein afirma que os rumores costumam ser passados adiante por meio de dois métodos: as cascatas sociais e a polarização de grupo (SUNSTEIN, 2010).

As cascatas sociais acontecem, de certa forma, quando um indivíduo observa o comportamento das pessoas que o cercam. De outro modo, na ausência de informações adquiridas por ser testemunha um fato, há uma tendência em confiar num boato se a maioria das pessoas que o cercam acreditar que as informações veiculadas são verdadeiras. Geralmente, um grupo de instigadores iniciais diz, ou faz, algo e outras pessoas seguem suas atitudes (SUNSTEIN, 2010).

Já a polarização de grupo, por sua vez, acontece quando pessoas de ideias semelhantes se reúnem e, geralmente, acabam construindo juntas uma versão final mais radical de um

²⁷ No original: (...) arise in contexts of ambiguity, danger, or potential threat and that function to help people make sense and manage risk.

boato – comparando com o que acreditavam antes de se comunicarem umas com as outras (SUNSTEIN, 2010). O mesmo autor também salienta a importância de classificar os propagadores de boatos, que, apesar de terem intenções diferentes, demonstram um padrão em comum: são precipitados e não apuram os fatos. Os propagadores são divididos em: egoístas, estritamente egoístas, maldosos e altruístas (SUNSTEIN, 2010).

Sunstein explica que propagadores egoístas pretendem atrair leitores e aumentar o acesso do próprio site. Esse tipo de disseminador é propenso a divulgar, por exemplo, rumores sobre a vida de uma pessoa – tanto no contexto pessoal quanto no profissional – ou sobre uma instituição, apenas para benefício próprio, sem a intenção de causar danos. Como exemplo disso, tem-se o boato que circulou pela Internet de que vacinas vencidas contra a rubéola estariam sido aplicadas em mulheres grávidas, causando microcefalia em bebês. As notícias baseadas nesse rumor, disseminadas normalmente por canais não oficiais de comunicação, não traziam apuração e nem mesmo esclarecimentos de fontes com autoridade na área da saúde.

Um propagador egoísta, nesse caso, conseguiu aproveitar o contexto alarmante da situação, além da onda de pânico gerada por essa possibilidade, para atrair cliques para o seu portal. Posteriormente, o boato foi desmentido²⁸ no site do Ministério da Saúde. Os propagadores estritamente egoístas também buscam o benefício próprio, porém, eles têm a intenção clara de obter vantagem ao prejudicar uma pessoa ou grupo. O propagador maldoso, de maneira explícita, quer apenas causar prejuízo ao seu alvo. A motivação de espalhar o boato não está amparada em interesse próprio ou a uma causa. Esse enunciador propaga detalhes que causam constrangimento, geralmente, motivado por emoções como raiva e ódio. Por outro lado, os propagadores altruístas espalham rumores na tentativa de promover o bem público, movidos por uma causa nobre. (SUNSTEIN, 2010).

4.2. Estudo de caso: rumores que se destacam no caso Zika

Após refletir sobre as motivações que levam as pessoas a compartilharem informações sem apuração prévia e sobre os tipos de propagadores de rumores, é possível analisar um dos boatos mais disseminados na Internet, no contexto da Zika. Uma gravação ganhou

²⁸ Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal/agencia-saude/21291-ministerio-esclarece-boatos-sobre-virus-zika>. Acesso em: 2 de abril de 2017

grande repercussão no contexto virtual e gerou uma onda de pânico crescente à população conforme a mensagem foi sendo repassada:

Não é só em gestantes que estão aparecendo as lesões decorrentes do Zika vírus. Eles [médicos] já verificaram que crianças menores de sete anos e idosos estão apresentando sintomatologias neurológicas decorrentes do Zika.²⁹

O rumor em destaque é o trecho de uma gravação com voz feminina, em tom alarmado, e que afirma que o Zika vírus também afetava crianças e idosos. A gravação nada mais é do que o recorte de um recado de voz que começou a ser propagado, no final do ano de 2015, pelo WhatsApp – aplicativo de mensagens instantâneas que depende de conexão com a Internet para proporcionar interação entre os usuários. Além de recados de texto, a plataforma permite o envio de fotos e mensagens de voz para um contato, seja em uma conversa individual ou em grupo. Vale ressaltar, também, que é possível salvar e compartilhar o arquivo em outras plataformas – adicionando outros canais de difusão e intensificando a propagação do rumor.

Com a popularização de aplicativos dependentes de conexão com a Internet, mas que permitem a troca de mensagens de forma gratuita, o processo de repassar rumores foi potencializado, tornando-se cada vez mais veloz e ganhando suporte tecnológico. O “boca a boca virtual” superou os limites físicos. Ou seja, passou a ser possível usar o mensageiro para se comunicar com pessoas de outras cidades, estados e, até mesmo, de outros países, o que contribuiu para o boato ter se espalhado em nível nacional.

No que tange ao efeito da web sobre o boato, este pode ser avaliado de duas formas:

De um lado, a Internet acelera a difusão de rumores (que são mais rápidos e mais numerosos); de outro lado, ela desacelera a difusão de rumores, porque estes se chocam contra numerosos sites de referência que obtêm audiências impressionantes (FROISSART apud REULE, 2008, p. 57).

A reportagem teve uma repercussão tão grande que se tornou tema de uma reportagem da edição do dia nove de dezembro de 2015 do Jornal Nacional³⁰. A matéria foi feita com o intuito de desmentir o conteúdo da gravação ao questionar especialistas sobre

²⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/12/pesquisadores-desmentem-boatos-que-circulam-na-internet-sobre-o-zika.html> Acesso em: 2 de abril de 2017

³⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/12/pesquisadores-desmentem-boatos-que-circulam-na-internet-sobre-o-zika.html>. Acesso em: 2 de abril de 2017

sintomatologias (conjunto de sintomas observados) neurológicas, possivelmente associadas ao Zika Vírus, manifestadas em crianças menores de sete anos e em idosos.

Na cabeça do VT³¹, Renata Vasconcellos – âncora do telejornal transmitido na TV Globo em horário nobre – introduziu o assunto da matéria afirmando que a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Ministério da Saúde desmentiram um boato que passou a circular nas redes sociais sobre o Zika vírus. A abertura da matéria acontece por meio de um off (uma narração feita pelo jornalista, na qual o conteúdo enunciado é apoiado por imagens de cobertura pertinentes ao que está sendo falado), no qual o profissional diz que o boato começou a circular pelas redes sociais e, conseqüentemente, se espalhou pelo Brasil.

Ao avaliar o que foi dito no áudio e identificar o tom de voz apreensivo da enunciativa, é possível apontar um propagador altruísta, que imagina que, ao transmitir essas informações, estará contribuindo para um bem coletivo, alertando a população. Na reportagem do Jornal Nacional, após recriar o áudio com o auxílio de uma animação, a matéria busca expor como os rumores afetam o cidadão comum, cercándolo de incertezas. A primeira entrevistada (ou personagem) é a professora Débora Friedmann, que diz estar em dúvida sobre em qual informação acreditar ou não. A segunda entrevistada é a jornalista Flavia Marinho, que afirma procurar ouvir as versões de várias fontes e, mesmo assim, tem dúvidas sobre a veracidade das informações continuam recorrentes.

Como já apontado por Aristóteles (2005), a “margem para a dúvida”, ou seja, a falta de conhecimento necessário sobre determinado assunto, é um facilitador que induz o indivíduo a aceitar como verdade uma informação específica. Para contornar esse impasse, é de extrema importância a procura por informações em canais de comunicação oficiais, que tenham credibilidade e compromisso com a apuração dos fatos.

A reportagem também traz entrevistas com profissionais da área da saúde, como Rodrigo Stabeli, vice-presidente de pesquisa e laboratórios da Fiocruz. Stabeli diz que as informações da gravação não são verdadeiras e aponta que não existem evidências científicas capazes de associar o Zika vírus com o comprometimento do sistema nervoso em crianças menores de sete anos e idosos.

Logo em seguida, a edição da reportagem opta por uma passagem³² na qual o repórter Ari Peixoto aparece em frente à Fiocruz (local onde especialistas foram procurados para

³¹ Termo telejornalístico que remete ao texto lido pelo apresentador do jornal para explicar e introduzir o assunto da reportagem quem vem na sequência. Disponível em: oficinadereporter.com.br/tag/dicionario-de-jornalismo/

³² Termo telejornalístico que faz referência ao momento em que o repórter aparece durante a matéria. Disponível em: <https://oficinadereporter.com.br/tag/dicionario-de-jornalismo/>.

entrevista), trazendo informações adicionais. Peixoto diz que, segundo os especialistas entrevistados, os boatos só desempenham a função de gerar pânico coletivo. Stabeli confirma a afirmação e ressalta a importância de a população buscar esclarecimentos em portais de comunicação oficiais de autoridades no tema, como a própria Fiocruz e o Ministério da Saúde.

Com isso, é possível evitar situações como a relatada na continuação da matéria. Marcia Correia, síndica do prédio onde reside, recebeu a gravação de voz em questão via WhatsApp e colocou um aviso no elevador do edifício afirmando que “o Zika Vírus está causando danos ao sistema nervoso central em crianças menores de 7 anos e em pessoas idosas, além de gestantes”. Ao descobrir que a informação não passava de um boato falso, Marcia retirou o cartaz do elevador.

Aplicativos como o WhatsApp podem ser usados para efeitos negativos, como já foi exemplificado. Porém, também é possível usar a plataforma para efeitos positivos. É o que comprova a reportagem do Jornal da VTV³³, emissora afiliada ao SBT. Na matéria, a prefeitura de Itapira, município do estado de São Paulo, decidiu usar o aplicativo para criar um canal de comunicação entre a população e profissionais da área da saúde, a fim de esclarecer questões sobre o Zika vírus e outras doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*, como a Dengue e o Chikungunya. A reportagem, que foi ao ar na televisão em dezembro de 2015, aborda as vantagens dessa iniciativa, visto que o aplicativo se tornou de utilidade pública no âmbito da saúde ao permitir que cidadãos comuns tivessem o diálogo facilitado com médicos, por meio de mensagens instantâneas.

Um off (narração com imagens de cobertura que confirmam o contexto do que está sendo dito) do repórter Luiz Gustavo Silva inicia a matéria. Ele conta que a cidade de Itapira tem cerca de 70 mil habitantes e, em 2015, 4.495 casos de Dengue foram notificados, ocasionando 11 mortes. Esse foi o motivo precursor da ideia da Secretaria de Saúde em usar o serviço online de mensagens a favor da população. Com poucos toques na tela do celular, qualquer pessoa poderia fazer perguntas sobre as três doenças transmitidas pelo inseto, sem precisar comparecer ao hospital.

Marcelo Cesto, o primeiro entrevistado, é um dos médicos que adicionou à sua rotina o compromisso de sanar possíveis dúvidas por meio do aplicativo. O profissional aprovou a ideia e ressaltou que é interessante observar que o WhatsApp, além de ter uma função de comunicação informal, é usado como instrumento de trabalho por empresas e, a partir

³³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PJlm34qLZRc>. Acesso em: 3 de abril de 2017

daquele momento, estava se tornando uma ferramenta que funcionava a favor da saúde pública.

A segunda entrevistada, Rosa Iamarino, secretária de Saúde de Itapira em 2015, esclareceu que essa via de contato não substituiu as consultas médicas. Isto é, diagnósticos de pacientes, indicação de medicamentos e atendimentos de urgência só poderiam ser feitos de forma presencial em unidades básicas de saúde e hospitais. Ainda de acordo com a reportagem, mulheres grávidas eram as mais preocupadas com o Zika vírus, já que existe ligação, segundo estudo realizado a pedido do Ministério da Saúde³⁴, entre o microrganismo e a microcefalia manifestada em fetos – uma malformação congênita, ou seja, que nasce com a pessoa, em que o cérebro não se desenvolve de maneira adequada³⁵–, como já abordado neste trabalho.

Com isso, a reportagem mostra que as principais perguntas enviadas via WhatsApp para médicos como o Marcelo Cesto foram: qual repelente usar, quais os sintomas mais comuns da doença e como se prevenir. Por fim, a reportagem traz a opinião de pessoas abordadas nas ruas da cidade sobre o uso do aplicativo para essa finalidade, demonstrando um retorno positivo e o apoio à medida por parte da população local. Cabe destacar que, nos exemplos trabalhados, fica evidente a relevância da busca por fontes especializadas, com autoridade nos respectivos assuntos, para separar fatos de boatos e esclarecer os acontecimentos – um dos compromissos do profissional jornalista.

Nilson Lage, doutor em Linguística e mestre em Comunicação, explica que a natureza das fontes pode ser de maior ou menor confiança (já que essa é uma característica que se conquista), institucionais, documentais e pessoais. Além de se classificarem em três categorias: oficiais, oficiosas e independentes; primárias e secundárias; e testemunhas e experts:

Fontes oficiais são mantidas pelo Estado; por instituições que preservam algum poder de Estado, como as juntas comerciais e os cartórios de ofício; e por empresas e organizações, como sindicatos, associações, fundações etc. Fontes oficiosas são aquelas que, reconhecidamente ligadas a uma entidade ou indivíduo, não estão, porém, autorizadas a falar em nome dele (a), o que significa que o que disserem poderá ser desmentido. Fontes independentes são aquelas desvinculadas de uma relação de poder ou interesse específico em cada caso. Das três, as fontes oficiais são tidas como as mais confiáveis. (...) Fontes primárias são aquelas em que o

³⁴ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/saude/2016/09/estudo-reforca-relacao-entre-microcefalia-e-zika-virus>. Acesso em: 15 de outubro de 2017

³⁵ Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/links-de-interesse/1225-zika/21849-o-que-e-a-microcefalia>. Acesso em: 15 de outubro de 2017

jornalista se baseia para colher o essencial de uma matéria; fornecem fatos, versões, números. Fontes secundárias são consultadas para a preparação de uma pauta ou a construção das premissas genéricas ou contextos ambientais. (...) O testemunho é normalmente colorido pela emotividade e modificado pela perspectiva: pode-se testemunhar uma guerra sem presenciar uma batalha, assistindo a um pedaço de uma ou vendo várias; do lado do vencedor ou do vencido; identificando-se com as vítimas ou com os agressores. (...) Experts são geralmente fontes secundárias, que se procuram em busca de versões ou interpretações de eventos (LAGE, 2008, p. 63-67).

Com isso, é possível caracterizar as fontes das reportagens exemplificadas. A reportagem do Jornal Nacional começa informando que a Fundação Oswaldo Cruz e o Ministério da Saúde, fontes oficiais, desmentiram o conteúdo da mensagem de voz. Depois, ela dá voz a cidadãos comuns, personagens que confirmam o clima de incertezas criado pelo boato que foi espalhado. Outros entrevistados são Rodrigo Stabeli, vice-presidente de pesquisa e laboratórios da Fiocruz e Cláudio Maierovitch, diretor de vigilância das doenças transmissíveis do Ministério Público. Ou seja, experts: fontes secundárias que, segundo Lage, são procuradas devido a busca por versões e interpretações de fatos.

Na reportagem da emissora afiliada ao SBT, a VTV, o repórter Luiz Gustavo, por meio de um off, informa alguns números relevantes, como a quantidade de habitantes da cidade de Itapira – cerca de 70 mil – e que, em 2015, 4.495 casos de Dengue foram notificados, além das 11 mortes registradas pela doença na região. Números estes que foram obtidos por meio de uma fonte primária.

Um dos entrevistados é o médico Marcelo Cesto, que segundo a reportagem aderiu à sua rotina o uso do WhatsApp como uma ferramenta para sanar dúvidas da população – o que faz do profissional uma testemunha de como o aplicativo pode servir como utilidade pública no âmbito da saúde e de como a iniciativa trouxe benefícios à população. Rosa Iamarino, secretária de Saúde da cidade, também concede uma entrevista e, de acordo com o seu cargo, ela pode ser classificada como uma fonte oficial.

O campo da saúde lida frequentemente com uma grande demanda de novidade, pois é constante o surgimento de novas doenças, implicações relativas a essas condições e o descobrimento de agentes patogênicos e seus respectivos vetores de transmissão. Esse fator faz com que pesquisas científicas sobre os mais variados assuntos estejam sempre em processo de desenvolvimento, além de cobrar do profissional da saúde o hábito de manter-se atualizado.

O tempo necessário para as descobertas em torno de uma nova doença e todas as suas possíveis complicações é, também, um aspecto que colabora para surgimento de rumores, já

que, até mesmo nesses casos, especialistas do nicho não são capazes de satisfazer quem quer que seja com informações concretas, pois ainda estão trabalhando com hipóteses e probabilidades.

Dessa forma, compreende-se o motivo pelo qual os boatos acompanham a história de grandes epidemias. O rumor do larvicida é mais um exemplo que reforça essa afirmação. Como informa a reportagem da revista *Época*³⁶, publicada em fevereiro de 2016, um produto desenvolvido para matar larvas foi proibido no Rio Grande do Sul, a partir do dia 13 do mesmo mês. Essa restrição foi feita com base em uma hipótese levantada por uma ONG de médicos argentinos.

O larvicida Pyriproxyfen, que contém hormônios capazes de prejudicar o desenvolvimento de mosquitos e outros artrópodes, é comumente usado em reservatórios de água para o consumo humano, com o intuito de impedir que o depósito se transforme em um criadouro com condições favoráveis para a proliferação do inseto. A partir disso, esses médicos levantaram a hipótese de que, se a substância é capaz de causar danos ao processo de evolução das larvas a mosquitos adultos, ela poderia, também, ser prejudicial ao desenvolvimento humano – considerando, especificamente, o crescimento saudável de fetos durante a gestação. Dessa forma, foi levantada uma suspeita de ligação entre o Pyriproxyfen e os casos de microcefalia.

O relatório que indica o larvicida como possível responsável pela malformação foi publicada pelo *Physicians in the Crop-Sprayed Towns* (PCST), organização que reúne profissionais que se opõem ao uso de agrotóxicos e pesticidas, pois temem as consequências de seu uso para os seres humanos e para o meio ambiente. Todavia, como foi apurado pela matéria da revista *Época*, estudos e pesquisas científicas feitas sobre o assunto não apresentam conclusões que sustentem essa suspeita. Pelo contrário: a substância é indicada pela Organização Mundial da Saúde por conter níveis tóxicos baixos e insuficientes para afetar o desenvolvimento humano.

A falta de argumentos concretos baseados em estudos científicos não impediu que o rumor fosse disseminado e cumprisse o seu papel de incitar o pânico, a ponto, inclusive, de afetar e influenciar decisões do poder público, como foi visto no Rio Grande do Sul.

Outro tipo de boato comum a temas de saúde são os baseados em teorias da conspiração. O site da Revista Galileu, um veículo que aborda temas relacionados à ciência,

³⁶ Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/noticia/2016/02/o-que-o-boato-sobre-o-larvicida-que-causa-microcefalia-diz-sobre-nosso-medo-de-epidemias.html>. Acesso em: 20 de novembro de 2017.

tecnologia, cultura e comportamento, publicou uma reportagem online³⁷ no dia 5 de fevereiro de 2016, que desmentia o boato de que o Zika vírus seria uma arma biológica criada para controle populacional, desenvolvido por mãos humanas. O rumor tem como alvo a empresa Oxitec, companhia britânica de biotecnologia, que faz modificações genéticas em insetos, com o intuito de lançá-los no meio ambiente e controlar e deter a sua proliferação.

A reportagem da Galileu relembra o fato de que, em 2011, mosquitos geneticamente modificados foram esterilizados e enviados ao país com a intenção de interromper o surto de Dengue que assolava a região Nordeste. O propósito da empresa, segundo a revista, era adicionar um gene letal nos insetos machos modificados para que, ao cruzar com as fêmeas, as larvas não resistissem. Como o vetor de transmissão que infecta as pessoas com os patógenos causadores da Dengue e da Zika é o mesmo – o mosquito *Aedes aegypti* –, a ação da companhia teria efeito no controle do número de casos das duas doenças.

Entretanto, segundo a Galileu, um post na subcategoria “conspirações” da plataforma Reddit – um “site que oferece um conjunto de entradas criadas por usuários registrados e é semelhante a um fórum”³⁸ – fez uma correlação desse episódio com o surgimento dos primeiros casos da doença na região. Seguindo a linha de raciocínio da teoria da conspiração, o Zika vírus teria sido criado por especialistas em laboratório para servir de arma biológica e causar mortes, reduzindo, assim, o volume de pessoas de uma área específica.

Em pouco tempo, o boato se espalhou pela Internet e foi replicado em sites de confiabilidade questionável. Novamente, nesse exemplo é possível notar o descuido com a apuração das informações por parte de portais online que, provavelmente, se aproveitam desse tipo de informação para alavancar acessos para a própria página, sem haver a preocupação das possíveis consequências dessa atitude para a sociedade. Entre os principais efeitos negativos, pode-se citar a contribuição para o clima de incertezas e desconfianças comuns às questões da área da saúde, que levam mais tempo para apresentar informações concretas devido ao andamento imprevisível de estudos científicos.

De acordo com a reportagem, entre outros sites, o AntiMedia foi um dos canais de propagação do rumor. O portal publicou uma notícia que incluía um mapa que dedurava as localidades onde os insetos foram liberados. Supostamente, essas áreas seriam as mesmas nas quais surgiram os primeiros casos de Zika, no Nordeste.

³⁷ Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2016/02/cuidado-com-teorias-conspiratorias-sobre-o-virus-zika.html>. Acesso em 25 de novembro de 2017.

³⁸ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Reddit>. Acesso em 25 de novembro de 2017.

Porém, como contrapõe a Galileu, além de o mapa divulgado no AntiMedia não estar correto (havia uma confusão geográfica), a teoria também não faz sentido ao considerar o fator cronológico: os mosquitos geneticamente modificados teriam sido liberados no ambiente quatro anos antes da epidemia, já que os primeiros casos de Zika foram detectados em 2015.

Todos os rumores colocados como exemplos do caso Zika neste trabalho têm um ponto em comum: se tornaram pautas e foram desmentidos por sites, revistas e telejornais de grandes empresas de comunicação, como a Globo. Isso significa que, tendo conhecimento de um boato específico, um jornalista (ou produtor) apostou no potencial de uma pauta envolvendo o rumor em questão, ao julgar importante a desconstrução desse boato atingir a população. Fato que, além de entrar em concordância com a teoria do agendamento, evita as consequências da difusão de rumores já abordadas neste projeto.

Felipe Pena, jornalista, escritor e professor de jornalismo na Universidade Federal Fluminense (UFF), explica em seu livro “Teoria do Jornalismo” que a teoria do agendamento “defende a ideia de que os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes os assuntos que são veiculados na imprensa, sugerindo que os meios de comunicação agendam as nossas conversas. Ou seja, a mídia nos diz sobre o que falar” (PENA, 2005, p. 142).

Ademais, o autor esclarece que:

A hipótese do *agenda setting* não defende que a imprensa pretende persuadir. A influência da mídia nas conversas dos cidadãos advém da dinâmica organizacional das empresas de comunicação, com sua cultura própria e critérios de noticiabilidade (PENA, 2005, p. 144).

Para completar o sentido que há por trás da teoria do agendamento, Pena destaca uma citação de Mauro Wolf (sociólogo italiano), nas palavras de Donald Shaw (um dos formuladores da teoria do agendamento) – autor revisado para a produção do livro “Teoria do Jornalismo”: “as pessoas têm tendência para incluir ou excluir de seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo” (SHAW apud PENA, 2005, p. 144).

O boato do larvicida e o rumor que levanta uma teoria da conspiração, ambos citados nesse trabalho, foram abordados em reportagens para os sites de Internet dos respectivos

veículos. No universo da web, a estratégia de SEO³⁹, mencionada na introdução desse trabalho, pode ser usada para auxiliar jornalistas a otimizarem o conteúdo que será tratado.

Ou seja, em ferramentas como o *Keyword Tool*⁴⁰ (recurso usado para táticas de SEO), que analisam os termos mais buscados no Google (ou em outras plataformas como o YouTube, por exemplo) o profissional pode descobrir as palavras-chave mais buscadas em relação a *keyword* “Zika vírus” e, posteriormente, adicioná-las ao texto para fazer com que a reportagem seja exibida entre os resultados de pesquisa da primeira página do buscador, quando um internauta digitar o termo específico.

No âmbito da web, ainda é possível citar outra medida relevante para que reportagens de qualidade cheguem ao internauta, em vez de matérias de sites duvidosos que espalham boatos: o investimento de buscadores e redes sociais em recursos que identificam notícias falsas e medidas de punição para as páginas que disseminam esse tipo de conteúdo. O *Fact Check* é um dos mecanismos que contribuem na batalha contra informações que não são verdadeiras.

Segundo reportagem do site TechTudo⁴¹, portal de notícias sobre tecnologia da Editora Globo, o Google anunciou, no dia 15 de fevereiro de 2017, a chegada no Brasil do recurso que privilegia links com informações legítimas em detrimento de páginas que compartilham boatos e conteúdo falso. A notícia do site de tecnologia explica que a forma de diferenciar um conteúdo do outro, adotada pela gigante das buscas, é a presença da *tag* (uma espécie de etiqueta) “verificação dos fatos”, que é exibida ao lado do nome do site que publicou o texto em questão.

Além disso, algumas regras também foram determinadas para publicadores de conteúdo. Entre as normas, destaca-se a necessidade de a organização não ser partidária e permitir ao leitor a capacidade de compreender o que foi checado e quais as conclusões obtidas, além da importância de abordagens transparentes, com citações e referências a fontes primárias. Ou seja, “aquelas em que o jornalista se baseia para colher o essencial de uma matéria; fornecem fatos, versões, números” (LAGE, 2008, p. 63). Como medida de punição, em caso de um veículo não cumprir essas regras, o Google poderá removê-lo do resultado de pesquisas feitas no buscador.

³⁹ “Conjunto de técnicas de otimização para sites, blogs e páginas na web que visam alcançar bons rankings orgânicos gerando tráfego e autoridade para uma página”: Definição disponível em: <https://marketingdeconteudo.com/o-que-e-seo/>. Acesso em: 23 de novembro de 2017.

⁴⁰ Disponível em: <https://keywordtool.io/google>. Acesso de 26 de novembro de 2017.

⁴¹ Disponível em: <http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2017/02/google-traz-checagem-de-noticias-falsas-para-o-brasil-saiba-como-usar.html>. Acesso em: 26 de novembro de 2017.

Além de ferramenta de checagem de informações, algumas plataformas investem em guias que podem ser encontrados nas suas respectivas centrais de ajuda. O Facebook, por exemplo, conta com um guia⁴² que reúne 10 dicas para instruir seus usuários e ajudá-los a detectarem um conteúdo falso ou que carece de apuração. As orientações da rede social são:

1. Tenha, inicialmente, uma postura cética em relação às manchetes. A rede social explica em seu guia que as notícias mentirosas trazem, com frequência, um cunho apelativo. Por isso, é recomendável que as pessoas desconfiem de afirmações chocantes que parecem irreais;
2. Esteja atento a URL. Isto é, o endereço de um site. Portais que disseminam notícias falsas tem a tendência de imitar veículos de imprensa de prestígio;
3. Cheque a fonte da informação. Ou seja, analise o veículo que publicou a notícia. Deve-se levar em consideração a reputação da página em questão para avaliar se é digna de confiança;
4. Fique atento a características como erros de ortografia e layouts estranhos. Esses aspectos podem indicar que o site não é confiável;
5. Observe as fotos usadas para ilustrar o texto. Notícias falsas normalmente vêm acompanhadas de imagens manipuladas em programas de edição, como o Photoshop, por exemplo.
6. Observe as datas. Notícias falsas podem pecar no contexto cronológico e exibirem datas que não fazem sentido;
7. Confira se o autor do texto usa fontes confiáveis e cita especialistas com autoridade nos assuntos tratados para construir a notícia. A ausência de evidências que comprovem um dado pode indicar que o conteúdo é falso;
8. Procure outras reportagens que abordam o mesmo assunto. Quando uma história é tratada em diversos veículos confiáveis, a probabilidade de que seja uma notícia falsa é menor;
9. Saiba distinguir se determinada página é caracterizada por matérias de cunho humorístico;

⁴² Disponível em: <https://www.facebook.com/help/188118808357379>. Acesso em 26 de novembro de 2017.

10. Tenha em mente que algumas notícias são intencionalmente falsas. Dessa forma, é preciso sempre usar o senso crítico para decidir se deve acreditar ou não nas informações presentes em uma notícia⁴³.

⁴³ Dicas do guia disponíveis em: <https://www.facebook.com/help/188118808357379>. Acesso: 26 de novembro de 2017.

5. Considerações finais

O recorte dado a esse trabalho foi estimulado pela vontade de melhor compreender a influência da mídia sobre o processo de percepção dos riscos por parte da sociedade. Outro objetivo almejado por este estudo foi o de interpretar os fatores que permitem a criação dos boatos, bem como seus métodos de disseminação e os aspectos que contribuem para que um indivíduo classifique determinada informação como sendo verdadeira.

O estudo de caso do Zika vírus foi selecionado por se encaixar nessas expectativas, sendo ideal para exemplificar, durante o desenvolvimento do projeto, os conceitos abordados sobre comunicação de risco no campo da saúde e o surgimento dos rumores. Além disso, o caso também permite entender a ligação existente entre esses dois assuntos que, como foi apontado neste projeto, é nutrida, principalmente, pelo vazio ou ambiguidade de informações, fruto da necessidade de espera para se obter dados concretos.

Em outras palavras, pode-se concluir que um dos aspectos precursores para o surgimento de boatos, em casos de risco em saúde, é o silêncio que corresponde ao tempo necessário para a conclusão de pesquisas científicas, imprescindíveis para que se obtenham esclarecimentos satisfatórios sobre as complicações de uma doença. Além disso, tal espera é agravada pela sensação de urgência, característica de situações de risco, que acompanha o clima de ameaça imposto sobre a sociedade, fazendo-a criar explicações ou aceitar qualquer resposta que satisfaça, minimamente, as suas dúvidas.

Nesse contexto, é possível apontar a necessidade da ação do governo, no sentido de criar medidas com viés educacional para instruir o posicionamento das pessoas perante o risco. Um exemplo prático desta medida é a criação de campanhas que enfatizem a importância de se apurar informações antes de passá-las adiante, e que ensinem, além disso, lugares nos quais podem ser encontrados dados confiáveis. Destaca-se, também, o valor de os meios de comunicação – mediadores entre a população leiga e profissionais da saúde – executarem o papel de acalmar as pessoas. Isto é, de transmitirem informações claras e com linguagem simplificada, não apelando para a construção de reportagens sensacionalistas, que só contribuam para o caos.

A reportagem do Jornal Nacional que desmentiu o boato sobre sintomatologias neurológicas em crianças menores de sete anos e idosos, abordada no subcapítulo “Estudo de caso: rumores que se destacam no caso Zika”, é um exemplo de como a mídia pode ter uma influência positiva em situações de risco, amenizando a tensão causada pela

desinformação. Como foi mostrado, a matéria desconstrói o boato ao dar voz a especialistas com autoridade no âmbito da saúde.

Ademais, o caso do Zika vírus também pode evidenciar a relevância de se construir um diálogo entre os representantes dos fatores que influenciam na percepção de risco, mantendo-o sem ruídos. De outro modo, isso significa que abrandar o estresse provocado pelo estado duradouro de perigo é uma missão que deve ser abraçada por cientistas, líderes do governo, meios de comunicação e, também, pela própria sociedade.

Uma sugestão de trabalho, aproveitando os temas em questão, seria reunir e analisar capas de jornais impressos de diferentes veículos que destacam reportagens correspondentes aos meses da epidemia. Nesse possível estudo, poderia ser examinada a forma com a qual diferentes jornais lidaram com a responsabilidade de comunicar riscos, avaliando, por exemplo, se houve a presença do viés sensacionalista no material previamente selecionado pelo pesquisador. Por fim, vale ressaltar que este trabalho não finaliza as pesquisas sobre assuntos tão ricos em desdobramentos, como a comunicação de risco e os processos que envolvem a criação e difusão de boatos.

6. Referências bibliográficas

ARAÚJO, Inesita; CARDOSO, Janine Miranda. *Comunicação e Saúde*. Rio de Janeiro – Editora Fiocruz: 2007.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Edição em Português – Imprensa Nacional Casa da Moeda: 2005. Disponível em: https://sumateologica.files.wordpress.com/2009/07/aristoteles_-_retorica2.pdf.

CARDOSO, Janine Miranda. *Risco, jornalismo e saúde: notas para uma agenda de pesquisa*. Revista Avatares de la Comunicación y la Cultura. N. 10, 2015. Disponível em: <http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/avatares/article/view/9001/pdf>.

DIFONZO, Nicholas; BORDIA, Prashant. *Psychological Motivations in Rumor Spreads*. In: FINE, Gary Alan; CAMPION-VICENTE, Véronique; HEATH, Chip (editors). *Rumor Mills – The Social Impact of Rumor and Legend*. New Brunswick – Transaction Publisher: 2005.

ELHAJJI, Mohammed (org.). *Guia de Comunicação Social e Comunicação de Risco em Saúde Animal*. Rio de Janeiro – PANAFTOSA-OPAS/OMS: 2007. Disponível em: http://www.panaftosa.org.br/salsit_cad/docs/Doc2007249p.pdf.

FORNI, João José. *Gestão de crises e comunicação: o que gestores e profissionais de comunicação precisam saber para enfrentar crises corporativas*. 2ª edição. São Paulo – Atlas: 2015.

HOYLER, Siegfried. *O boato: comunicação patológica*. Revista de Administração de Empresas – São Paulo: 2016. V. 6, N. 21, páginas 59 a 73. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v6n21/v6n21a02.pdf>.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. 7ª edição. Rio de Janeiro – Record: 2008.

LONGMAN. *Active Study Dictionary*. 5th Edition – Pearson Longman: 2010.

NUNES, João; PIMENTA, Denise Nacif. *A epidemia de Zika e os limites da saúde global*. Revista Cultura e Política – São Paulo, Lua Nova: 2016. N. 98, páginas 21 a 46. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n98/1807-0175-ln-98-00021.pdf>.

PENA, Felipe. *Teoria do Jornalismo*. São Paulo – Editora Contexto: 2005.

PUSTIGLIONE, Marcelo. *Medicina do Trabalho e doenças emergentes, reemergentes e negligenciadas: a conduta no caso das febres da Dengue, do Chikungunya e do Zika Vírus*. Revista Brasileira de Medicina do Trabalho. São Paulo: 2016. Disponível em <http://www.rbmt.org.br/export-pdf/1/v14n1a01.pdf>.

RANGEL, Maria Ligia. *Comunicação no controle de risco à saúde e segurança na sociedade contemporânea: uma abordagem interdisciplinar*. Rev. Ciência Saúde Coletiva, V. 12, Nº 5. Rio de Janeiro: 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n5/29.pdf>

REULE, Danielle. *A dinâmica dos rumores na rede: a web como espaço de propagação de boatos virtuais*. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Informação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Rio Grande do Sul: 2008. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13796/000652732.pdf?sequence1>.

ROSA, Mário. *A síndrome de Aquiles: como lidar com crises de imagem*. São Paulo – Editora Gente: 2001.

SANDMAN, Peter. *Responding to Community Outrage: Strategies for Effective Risk Communication*. Aiha Press: 2012.
Disponível em: <http://petersandman.com/media/RespondingtoCommunityOutrage.pdf>

SILVA^b, Gislene. *Para pensar critérios de noticiabilidade*. In: Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações. Florianópolis – Editora Insular: 2014.

SILVA^a, Pedro Ribeiro da. *Comunicação do Risco*. Universidade Autônoma de Lisboa (UAL). Lisboa: 2009.

SOBRINHO, Danilo Agrimani. *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa*. São Paulo – Summus: 1995.

SUNSTEIN, Cass R. *A verdade sobre os boatos: como se espalham e por que acreditamos neles*. Tradução: Marcio Hack. Rio de Janeiro – Elsevier: 2010.

VASCONCELOS, Pedro Fernando da Costa. *Doença pelo vírus Zika: um novo problema emergente nas Américas?* Revista Pan-Amazônica de Saúde (RPAS). Amazônia: 2015. V. 6, N. 2, páginas 9 a 10. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/rpas/v6n2/v6n2a01.pdf>.

VAZ, Paulo. *Mídia, moralidade e fatores de risco em saúde*. Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro: 2009. V. 25, N. 3. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v25n3/01.pdf>.